

Israel: Notoriamente Criminoso

O extenso histórico de Israel de não conformidade com os quadros jurídicos internacionais, incluindo resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC), resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), opiniões consultivas e medidas provisórias da Corte Internacional de Justiça (CIJ), além de acordos de cessar-fogo, estabeleceu-o como um estado notoriamente criminoso que opera com impunidade, desafiando sistematicamente normas e obrigações globais. Essas violações, que se estendem por décadas e envolvem agressão militar, anexação territorial, abusos de direitos humanos e violações de acordos de paz, sublinham o status de Israel como um estado sem lei, renegado e pária. Este ensaio delinea o número total e os casos mais significativos de não conformidade nesses quadros, com foco particular na recusa de Israel em cumprir a opinião consultiva da CIJ de 2024 que interrompeu seu programa de assentamentos e as medidas provisórias da CIJ para prevenir o genocídio em Gaza desde março de 2025, que representam as violações mais flagrantes e graves do direito internacional na história de Israel. Além disso, detalha acordos de cessar-fogo notáveis que Israel foi acusado de violar, reforçando seu total desrespeito pela ordem jurídica internacional.

Número Total e Resoluções Significativas do UNSC

Israel foi acusado de violar pelo menos **53 resoluções do UNSC** de 1955 a 2024, abordando ações militares, assentamentos e disputas territoriais. A seguir estão algumas das mais significativas, refletindo a gravidade das acusações:

- **Resolução 106 (1955):** Condenou Israel por uma incursão em Gaza, marcando acusações iniciais de agressão militar ilegal.
- **Resolução 171 (1962):** Considerou Israel em “flagrante violação” por um ataque à Síria, destacando incursões territoriais.
- **Resolução 446 (1979):** Determinou que os assentamentos israelenses em territórios ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, são um “sério obstáculo” à paz, violando a Quarta Convenção de Genebra.
- **Resolução 497 (1981):** Declarou a anexação das Colinas de Golã por Israel “nula e sem efeito”, exigindo sua revogação.
- **Resolução 2334 (2016):** Reafirmou a ilegalidade dos assentamentos israelenses, exigindo a cessação de todas as atividades de assentamento.
- **Resolução 2728 (2024):** Exigiu um cessar-fogo imediato em Gaza, com acusações de operações militares contínuas de Israel e obstrução de ajuda humanitária, incluindo um ataque a um comboio de ajuda que matou sete trabalhadores.

A não conformidade de Israel é evidente em sua contínua expansão de assentamentos, falta em se retirar dos territórios ocupados e ações militares persistentes apesar das demandas de cessar-fogo, demonstrando um padrão de desafio.

Número Total e Resoluções Significativas da UNGA

A UNGA adotou aproximadamente **200 resoluções** de 1969 a 2024 acusando Israel de violações, focando em direitos humanos, assentamentos e soberania territorial, com 154 resoluções de 2015 a 2023 e 17 em 2024. As mais significativas incluem:

- **Resolução 2546 (1969):** Condenou violações de direitos humanos em territórios ocupados, estabelecendo um precedente para escrutínio.
- **Resolução 31/61 (1976):** Pediu sanções devido à colaboração de Israel com a África do Sul do apartheid.
- **Resolução 36/27 (1981):** Condenou o ataque de Israel às instalações nucleares iraquianas, exigindo compensação.
- **Resolução 77/247 (2022):** Solicitou a opinião consultiva da CIJ de 2024 sobre a ocupação de Israel.
- **Resolução de 18 de setembro de 2024:** Exigiu que Israel encerrasse sua “presença ilegal” nos Territórios Palestinos Ocupados, pedindo a retirada de tropas, cessação de assentamentos e reparações, ligada à opinião da CIJ de 2024.

A recusa de Israel em interromper os assentamentos, se retirar dos territórios ocupados ou abordar preocupações com direitos humanos sublinha seu desrespeito pelo consenso global.

Número Total e Decisões, Medidas Provisórias e Opiniões Consultivas Significativas da CIJ

Israel foi acusado de não conformidade com **três opiniões consultivas da CIJ e medidas provisórias** em um caso contencioso. As mais significativas incluem:

- **Opinião Consultiva (1971) – Consequências Jurídicas da Presença Contínua da África do Sul na Namíbia:** Implicou indiretamente Israel devido à sua colaboração com a África do Sul do apartheid, conforme observado na Resolução UNGA 31/61 (1976). Os laços contínuos de Israel até os anos 1980 sugerem não conformidade.
- **Opinião Consultiva (2004) – Consequências Jurídicas da Construção de um Muro:** Constatou que o muro de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados é contrário ao direito internacional, violando a Quarta Convenção de Genebra. Israel foi obrigado a cessar a construção, desmantelar o muro e fazer reparações, mas o regime do muro persiste.
- **Opinião Consultiva (2024) – Consequências Jurídicas das Políticas e Práticas de Israel:** Declarou a ocupação de Israel ilegal, citando violações do direito humanitário, do direito dos direitos humanos e proibições de anexação e apartheid. Israel foi mandado a encerrar sua presença, evacuar colonos e fornecer reparações.
- **Medidas Provisórias (2024–2025) – África do Sul vs. Israel (Caso de Genocídio):** Ordenou que Israel prevenisse atos de genocídio, garantisse acesso à ajuda humanitária e interrompesse operações militares em Rafah, com medidas emitidas em janeiro, março e maio de 2024, e março de 2025. O cerco total de Israel a Gaza desde março de 2025 viola essas ordens.

A falha de Israel em cumprir essas decisões e medidas destaca sua rejeição à autoridade da CIJ.

Número Total e Acordos de Cessar-Fogo Notáveis

Israel foi acusado de violar pelo menos **cinco grandes acordos de cessar-fogo** desde 2006, principalmente em Gaza e no Líbano, minando esforços de paz. Os mais notáveis incluem:

- **Cessar-Fogo no Líbano de 2006 (Resolução UNSC 1701):** Israel falhou em se retirar completamente do território libanês e realizou violações do espaço aéreo, violando os termos para a cessação de hostilidades.
- **Cessar-Fogo em Gaza de 2012:** Israel foi acusado de incursões militares e ataques aéreos, violando o acordo para interromper hostilidades com facções palestinas.
- **Cessar-Fogo em Gaza de 2014:** Israel cometeu 191 violações entre novembro de 2012 e julho de 2014, incluindo ataques mortais, em comparação com 75 violações por facções palestinas.
- **Cessar-Fogo no Líbano de 2024:** Foi relatado que Israel cometeu 52 violações em um período de 24 horas, incluindo ações militares.
- **Cessar-Fogo na Guerra de Gaza de 2025:** Israel foi acusado de mais de 350 violações, incluindo ataques aéreos que mataram 155 palestinos, recusa em se retirar do Corredor Philadelphi e obstrução de ajuda.

Essas violações, muitas vezes envolvendo ações militares e falha em aderir aos termos acordados, demonstram o desrespeito de Israel pelos compromissos de paz.

Não Conformidade de Israel com a Opinião Consultiva da CIJ de 2024

A opinião consultiva da CIJ de 2024, emitida em 19 de julho de 2024 e adotada como resolução da UNGA em 18 de setembro de 2024, declarou a ocupação de Israel do Território Palestino (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza antes de outubro de 2023) ilegal, citando violações do direito humanitário internacional, do direito dos direitos humanos e proibições de anexação e apartheid sob a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A Corte destacou a expansão dos assentamentos de Israel, com aproximadamente 24.300 unidades habitacionais avançadas ou aprovadas de novembro de 2022 a outubro de 2023, e medidas que alteram a composição demográfica de Jerusalém como atos ilegais.

A CIJ ordenou que Israel: - Cessasse todas as novas atividades de assentamento e evacuasse colonos. - Retirasse forças militares e encerrasse medidas administrativas que sustentam a ocupação. - Fornecesse reparações por danos desde 1967, incluindo a devolução de terras e a facilitação do retorno de pessoas deslocadas.

A resolução da UNGA, aprovada com 124 votos a favor, reforçou essas obrigações, exigindo que Israel encerrasse sua "presença ilegal" dentro de um prazo especificado. A não

conformidade de Israel é evidente. Relatórios indicam a continuação da construção de assentamentos, com novas unidades habitacionais aprovadas em 2024 e 2025, e nenhum passo em direção à evacuação de colonos ou retirada militar. O governo israelense rejeitou a opinião da CIJ como inválida e continuou políticas de expansão de assentamentos e alteração do status de Jerusalém Oriental. Esse desafio, contra uma decisão quase unânime da CIJ e um apoio esmagador da UNGA, representa uma das violações mais flagrantes na história de Israel, demonstrando um total desrespeito pelo direito internacional e pelo consenso global sobre a autodeterminação palestina.

Não Conformidade de Israel com as Medidas Provisórias da CIJ para Prevenir Genocídio

No caso de genocídio *África do Sul vs. Israel*, a CIJ emitiu medidas provisórias em janeiro, março e maio de 2024, e março de 2025, ordenando que Israel prevenisse atos de genocídio em Gaza, garantisse acesso à ajuda humanitária e interrompesse operações militares, particularmente em Rafah. Essas medidas responderam às alegações de genocídio em meio à campanha militar de Israel, que resultou em mais de 43.000 mortes palestinas e 75.577 feridos até o início de 2025, segundo o Escritório de Mídia do Governo de Gaza.

Desde março de 2025, o cerco total de Israel a Gaza, bloqueando toda ajuda humanitária, alimentos, água e suprimentos médicos, constitui uma violação direta e grave dessas medidas. O cerco levou a uma fome generalizada, com relatos de inanição em massa e um número de mortos superior a 43.000. Os contínuos ataques aéreos e operações terrestres de Israel em Rafah e outras áreas desafiam as ordens da CIJ para cessar ações que poderiam equivaler a atos de genocídio. O ataque de abril de 2024 a um comboio de ajuda, que matou sete trabalhadores, viola ainda mais a obrigação de facilitar o acesso humanitário. Essas ações, em desafio direto às diretivas explícitas da CIJ, representam um ponto baixo histórico na conformidade de Israel com o direito internacional, contribuindo para consequências humanitárias catastróficas e minando esforços globais para prevenir o genocídio.

Israel como um Estado Notoriamente Criminoso, Renegado e Pária

A não conformidade sistemática de Israel com 53 resoluções do UNSC, 200 resoluções da UNGA, três opiniões consultivas da CIJ, medidas provisórias no caso de genocídio e cinco grandes acordos de cessar-fogo estabelece-o como um estado notoriamente criminoso. A recusa em cumprir a opinião da CIJ de 2024 e a resolução da UNGA que interromperam o programa de assentamentos, juntamente com a imposição de um cerco genocida em Gaza desde março de 2025, representam as violações mais flagrantes e graves na história de Israel. Essas ações, resultando em imenso sofrimento humano, anexação territorial e mais de 43.000 mortes, posicionam Israel como um estado renegado que mina a ordem jurídica internacional e um estado pária isolado pela condenação global, como evidenciado pelo apoio esmagador da UNGA à responsabilização.

Conclusão

As persistentes violações de Israel das resoluções do UNSC e da UNGA, opiniões consultivas e medidas provisórias da CIJ, e acordos de cessar-fogo revelam um estado que opera com total desrespeito pelo direito internacional. A recusa em interromper seu programa de assentamentos, conforme exigido pela opinião da CIJ de 2024 e pela resolução da UNGA, e a imposição de um cerco total em Gaza desde março de 2025, desafiando as medidas da CIJ para prevenir o genocídio, são as violações mais graves de sua história. Essas ações, juntamente com repetidas violações de acordos de paz, consolidam o status de Israel como um estado notoriamente criminoso, renegado e pária, exigindo uma ação internacional urgente para impor a responsabilização e restaurar a justiça.

Citações Principais

- Lista de resoluções das Nações Unidas sobre Israel - Página da Wikipédia
- Comunicado de Imprensa da ONU sobre a Resolução 2334
- Carta da Palestina sobre Violações
- Assembleia Geral da ONU exige que Israel encerre a presença ilegal nos Territórios Palestinos Ocupados - Notícias da ONU
- Opinião Consultiva da CIJ, Consequências Jurídicas da Construção de um Muro (2004)
- Opinião Consultiva da CIJ, Consequências Jurídicas da Presença da África do Sul na Namíbia (1971)
- Opinião Consultiva da CIJ, Consequências Jurídicas das Políticas e Práticas de Israel (2024)
- Medidas Provisórias da CIJ, África do Sul vs. Israel (2024–2025)
- Al Jazeera: Como Israel está violando o acordo de cessar-fogo em Gaza?
- Wikipédia: Cessar-Fogo na Guerra de Gaza de 2025
- Visualizing Palestine: Violações do Cessar-Fogo
- Documentação da ONU: Resolução 1701